

Aconteceu

Plano do governo sobre Amazônia para o G-7 excluiu sociedade civil (página 5)

Adrian Cowell



Para frear o desmatamento e a degradação social e ambiental na Amazônia, o governo pediu 1,5 bilhão de dólares aos sete países mais ricos do mundo. Mas o plano foi formulado sem um processo consistente de consultas às ONGs e às organizações dos povos da floresta. (página 5)

- Collor quer "Selva Livre" e demarcação da área Yanomami até '92
página 10
- Funai e Cimi têm novos presidentes
página 11
- Fazendeiros são maioria na CPI sobre violência
página 6

O governo se alia aos militares contra o Congresso

Após consultar-se com Collor, os três ministros militares elaboraram uma nota de protesto contra o Congresso, lida numa assembléia que reuniu, em Brasília, 150 oficiais superiores das Três Armas. O pre-

texto da nota foi a derrubada por parte dos parlamentares da MP 296, que pretendia conceder aumentos salariais diferenciados aos servidores públicos civis e militares, favorecendo estes últimos. (página 2)

Collor alia-se aos militares contra o Congresso

"Collor, de roxo para verde-oliva". A manchete da revista *Isto É* sintetizou bem o significado da crise que se abriu entre o Congresso e as Forças Armadas em decorrência da derrubada da Medida Provisória 296 emitida pelo Governo, que pretendia conceder aumentos salariais diferenciados aos funcionários públicos civis e militares, favorecendo estes últimos. Por sugestão do presidente, os três ministros militares elaboraram uma nota de protesto contra a decisão dos parlamentares que, depois de uma revisão final de Collor, foi lida em uma assembléia que reuniu em Brasília 150 oficiais superiores das Três Armas.

Não conseguindo apoio político estável no Congresso e enfrentando dificuldades nas relações com empresários e trabalhadores, o presidente parece ter decidido buscar sustentação entre a cúpula militar, esta última por sua vez às voltas com casos de indisciplina nos quartéis causados principalmente (mas não somente) pelos baixos salários. O país teve assim que

assistir a um retorno aos tempos em que as Forças Armadas tinham uma importância superior à que as instituições militares lhes permitiam.

De fato, a nota dos ministros militares não expressa apenas insatisfação pela situação salarial (que, diga-se de passagem, não é pior do que a da grande maioria da população, significativamente empobrecida pela política econômica recessiva do atual governo), mas chega mesmo a culpar o Congresso pela "imobilização" imposta ao poder Executivo, ou seja, ao governo. Mais explícito ainda, o comandante de pára-quedistas José Siquera Silva, em cerimônia presenciada pelo presidente Collor, atacou os "parasitas" (leia-se: os parlamentares) que "oneiram" o país. Com o Congresso em recesso, apenas poucos parlamentares se manifestaram sobre os pronunciamentos dos militares. "Isto evitou que se acirrasse a tensão. Mas o episódio demonstrou o quanto a democracia ainda é frágil neste país", analisa o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP).

Vários comentários jornalísticos,

no Brasil e no exterior, classificaram a iniciativa dos militares e do presidente Collor como "golpista". O governo, claramente, desmente.

A falta de reação das bolsas de valores e do dólar black demonstrou que pelo menos desta vez, provavelmente não houve nenhum perigo real de golpe. O que aconteceu, porém, leva a considerar com muita preocupação a concepção de democracia e das relações institucionais que o presidente Collor demonstrou possuir. Ao mesmo tempo, fica cada vez mais evidente a necessidade de se abrir um amplo debate nacional sobre o presente e futuro papel das Forças Armadas: no sentido de eliminar os mecanismos de tutela sobre a sociedade civil, de revisão orçamentária para priorizar as políticas sociais, de reconversão da indústria bélica para desenvolvimento tecnológico e econômico visando atender demandas populares e de repensar a geopolítica para a Amazônia e o tratamento dos direitos territoriais dos povos indígenas. (CEDI, 11/7/91)

Atentado a bomba contra a sede nacional da Fase

No dia 9 de julho, às 10h20 da manhã, a porta de entrada em vidro blindado da sede nacional da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), no Rio de Janeiro, na rua Bento Lisboa 58, foi destruída, após uma explosão causada pelo impacto de um projétil. Foram recolhidos na rua fragmentos do artefato que teria ocasiona-

do a explosão. Apenas um feliz acaso impediu que pessoas fossem atingidas.

Chamada pela Fase, uma viatura da Polícia Militar constatou os fatos e acompanhou representantes da entidade à delegacia mais próxima, onde foi lavrado o Boletim de Ocorrência.

A Fase não dispõe dos elementos de convicção suficientes para atribuir

a essa violência a conotação de um atentado político ou de uma represália a qualquer aspecto de sua atuação na defesa dos direitos humanos, em apoio aos movimentos populares e à construção de uma sociedade democrática no Brasil. No entanto, a ocorrência requer apuração rigorosa. (Fase Nacional, 10/7/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • Jornalista Responsável: Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • Editores Assistentes: Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elié Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • Secretaria de Redação: Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • Documentação e Pesquisa: Ângela Galvão • Diagramação: Marta Cerqueira Leite Guerra • Paginação: Alfredo Coelho • Fotolitos e Impressão: Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Acordo entre Mercosul e os EUA cria mecanismos de consultas

Foi assinado no último dia 20 de junho, em Washington, um acordo entre os países do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul, composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e os EUA, estabelecendo um Conselho de Consulta sobre Comércio e Investimento. O acordo é o primeiro a ser formalizado entre os EUA e um grupo de países, no âmbito do programa "Iniciativa para as Américas", proposta do presidente america-

no que visa criar uma zona de livre comércio reunindo todas as Américas. Na atual fase, o acordo não estabelece direitos e obrigações para os signatários. Isto significa que para a viabilização daquele programa os países do continente terão que aproximar-se radicalmente dos requisitos americanos como fez o México: drásticas reduções de tarifas alfandegárias, amplos programas de privatização, acordos com bancos credores, estabiliza-

ção econômica, com baixas taxas de inflação e adoção de políticas de proteção à propriedade intelectual que satisfaçam os padrões americanos.

O atual acordo não faz qualquer menção ao problema da dívida externa e aborda superficialmente a questão da transferência de tecnologia, pontos onde divergências fundamentais com os EUA protelaram a assinatura do acordo por mais de 10 meses. (CEDI, 11/7/91)

Câmara aprova nova Lei de Informática

A Câmara dos Deputados aprovou, em 25 de junho, a nova Lei de Informática que põe fim à reserva de mercado, na forma que vigia desde 1984. Pela nova lei, a reserva terminará em outubro de 1992 e, a partir daí, a produção e importação de qualquer produto da informática passam a ser livres.

Em contrapartida o governo dará prioridade à indústria nacional para aquisição de equipamentos para os órgãos públicos. Todas as empresas, nacionais ou estrangeiras, que comprovarem investimentos em pesquisa e desenvolvimento, de no mínimo 5% do faturamento no mercado interno, terão isen-

ção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução de 50% no Imposto de Renda. O Senado tem 45 dias para votar a lei, que poderá ser sancionada sem vetos pelo presidente Collor, conforme acordo firmado entre lideranças do governo e oposição. (CEDI, 11/7/91)

Economia mundial limita desenvolvimento brasileiro

O Banco Mundial (Bird) divulgou, no último dia 7, seu relatório anual, realizado com base em dados estatísticos de 124 países, e desta vez denominado "O Desafio do Desenvolvimento". O título é apropriado, uma vez que os cenários globais apontados pelo banco mostram um quadro de enormes dificuldades, especialmente para o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo.

Para os técnicos do Bird, a economia mundial nos anos 90 continuará enfrentando altas taxas de juros, lento crescimento econômico, o peso da dívida externa e a não retomada dos fluxos de capitais do Norte para o Sul.

O relatório observa ainda que 20% da população mundial é responsável por 75% da produção mundial, por mais de 75% do comércio mundial e por quase a totalidade das exportações de capital e tecnologia. Para o Bird, esse fato determina que "as perspectivas para um crescimento econômico rápido serão fortemente influenciadas pelo comportamento das economias dos países industrializados".

Apoio negativo

Volume líquido de recursos para o Brasil — em US\$ milhões

	Bird	BID
1985	-42	163
1986	436	12
1987	-665	-126
1988	-726	-100
1989	-667	-175
1990	-1.200	-280

Essa dependência, que em muitos casos foi fortemente influenciada pelas políticas propostas por organismos multilaterais como o próprio Bird e FMI, tem se agravado, aprofundando a crise gerada pela conjunção dos problemas da dívida externa, deterioração dos termos de intercâmbio no comércio internacional e a fuga de capitais.

A consequência, no caso brasileiro, foi o corte drástico e constante das despesas governamentais nas áreas de educação, saúde, bem-estar e

segurança social, entre 1972 e 1989. Para a educação, por exemplo, onde se gastava 8,3% em 1972 e apenas 4,2% em 1989.

O ingresso de capitais tem apresentado refluxos, resultado da fragilidade da economia brasileira e das mudanças ocorridas na economia mundial. Estatísticas do FMI mostram que o Brasil vem perdendo posição no comércio internacional. Embora as exportações brasileiras tenham acumulado um crescimento de 56% no período 1980-1990, ainda ficaram muito abaixo da expansão do comércio mundial, que acumulou 69%. No caso brasileiro as taxas médias anuais dos anos 80 foram de 4,54%, muito distantes dos 22% registrados na década anterior.

Apesar desse quadro, o Brasil está enviando mais recursos do que vem recebendo, para os principais organismos financeiros multilaterais. Só no ano passado o país enviou ao Bird e ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), recursos líquidos da ordem de US\$ 1,48 bilhões (veja o quadro). (CEDI, 11/7/91)

Governo anuncia regras da conversão da dívida por projetos ambientais

O Plano de Conversão da Dívida Externa do País anunciado pelo governo federal prevê regras restritas no uso do mecanismo da conversão para financiar projetos de proteção ambiental. Numa primeira fase será estabelecido um limite de US\$100 milhões por ano, um valor simbólico em relação ao montante da dívida externa, de US\$123 bilhões. A conversão, portanto, não será um instrumento para reduzir o estoque da dívida.

O plano funcionará assim: um doador (por exemplo, uma entidade ambientalista estrangeira interessada em apoiar projetos no Brasil) compra no mercado secundário internacional o título da dívida brasileira. Atualmente o preço da dívida brasileira gira em torno de 30% do seu valor nominal. Assim sendo, um doador adquire um título de, por exemplo, um milhão de dólares por algo em torno de US\$300 mil. O doador paga este valor ao credor, na moeda original do empréstimo (por exemplo, em dólar). O credor se dá por satisfeito. O novo detentor do título "do-a" este ao Banco Central brasileiro, que por sua vez transfere a um fundo patrimonial ambiental a ser criado pelo governo o equivalente em cruzeiros ao valor nominal do título. Esse mecanismo gera de saída dois problemas: primeiro, enquanto o título será negociado e liquidado no exterior com deságio, o Brasil depositará no fundo o valor nominal, atualmente três vezes mais; segundo, uma consequência do primeiro, esta conversão implica em emissão de moeda e é, portanto, inflacionária.

Até aqui o sistema de conversão anunciado é semelhante ao sistema conhecido em outros casos, por exemplo na Bolívia ou na Costa Rica. A novidade do governo Collor consiste em aplicar regras restritas no gerenciamento dos recursos.

Primeiro, tudo indica que o doador não participará na execução dos projetos beneficiados, cabendo esta responsabilidade ao governo brasilei-

ro ou a entidades não-governamentais nacionais. Para ter a luz verde, o projeto terá que ser aprovado pela recém-criada Comissão Técnica de Avaliação de Projetos Ambientais. Esta comissão, presidida pelo ministro da Economia e composta pelo ministro das Relações Exteriores e pelos secretários de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, e de Assuntos Estratégicos, avaliará os projetos que pretendem utilizar o mecanismo da conversão da dívida.

Passarinho retoma tese da "internacionalização" da Amazônia

Ao prestar depoimento na CPI da Câmara dos Deputados que investiga a "internacionalização da Amazônia" no dia 25 de junho, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, afirmou que o Brasil tem condições de garantir a soberania nacional ao converter parte da dívida externa para projetos ambientais, desde que "o centro das decisões não fique com os estrangeiros". Segundo o ministro, as preocupações externas a respeito das populações indígenas e da preservação da floresta, são um pretexto para uma "estratégia de internacionalização da Amazônia".

Para Jarbas Passarinho, estas preocupações internacionais representam uma terceira, e mais grave, fase da ameaça. "A primeira aconteceu através da cobiça de vários países, que queriam se apossar da região. Depois veio a segunda fase, quando alguns países com explosão demográfica viam no território amazônico o espaço para receber o excedente populacional. Agora vivemos a fase mais grave, quando, além da imprensa e dos senadores americanos, até um chefe de Estado, como o presidente da França, François Mitterrand, defende a tese da soberania relativa".

A segunda regra imposta pelo governo diz respeito ao repasse da doação ao projeto beneficiado. O projeto só receberá do fundo patrimonial (que será administrado pelo Banco do Brasil) os rendimentos mensais a

partir de juros de 6% ao ano sobre a doação. No caso, por exemplo, de uma doação de um milhão de dólares, a entidade beneficiada, pública ou privada, terá direito a receber em cruzeiros o equivalente a cinco mil dólares ao mês, o que vai somar sessenta mil dólares ao ano.

Os projetos serão fiscalizados pelo Ibama e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, e sua continuidade também ficará sujeita a uma avaliação por parte da Comissão Técnica de Avaliação de Projetos Ambientais. O fundo patrimonial assegurará a perpetuidade dos repasses ao projeto. Mas caso o projeto seja extinto, os títulos perpétuos (que serão criados por projeto de lei que o governo encaminhará ao Congresso, após o recesso) poderão ser transferidos para outros projetos ou serem devolvidos ao Tesouro Nacional.

Infra-estrutura também na conversão — Além de projetos ambientais, também projetos relativos à infra-estrutura serão contemplados no esquema de conversão da dívida brasileira. A decisão já foi tomada mas ainda não foi anunciada publicamente.

O governo aceitará a conversão em troca de investimentos em qualquer setor da infra-estrutura, mas dá absoluta prioridade a dois campos: ampliação da capacidade de geração de energia elétrica e saneamento financeiro de empresas estatais que serão privatizadas.

Contas preliminares feitas pelo governo indicam que, se o esquema funcionar à perfeição, cerca de US\$15 bilhões poderão ser aplicados ao longo dos próximos três anos e meio, período que resta ao governo Collor. O governo já detectou interesse de investidores estrangeiros em participar no projeto Tucuruí 2, voltado para a produção de alumínio no Pará, e em operações de saneamento do setor siderúrgico estatal. (CEDI, 12/7/91; Folha de S.Paulo, 25/6/91; Gazeta Mercantil, 26/6/91)

Governo quer financiamento do G-7 para a Amazônia.

Mas plano não teve participação da sociedade

Por inabilidade, ou por falta de vontade política, a Secretaria de Meio Ambiente, ao encaminhar à reunião de cúpula do G-7 o "Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil" desperdiçou uma oportunidade inédita de demonstrar ao mundo que a retórica da política ambiental do governo Collor, de uma participação efetiva da sociedade civil, era para valer.

Na última reunião do G-7 (EUA, Canadá, Japão, Alemanha, França, Itália e Reino Unido), ocorrida em Houston (EUA) em julho do ano passado, os países ricos surpreenderam o Brasil com a oferta da criação de um fundo para custear projetos de preservação das florestas tropicais brasileiras. Ao delegar ao Banco Mundial e à Comunidade Européia a tarefa de ajudar o governo brasileiro a preparar um projeto piloto a ser apreciado pela reunião do G-7 deste ano (15-17 de julho em Londres), a intenção do G-7 era explícita: elaborar uma metodologia que pudesse ser aplicada também em outros países, e privilegiar a participação da sociedade civil na elaboração e na execução do plano.

Discussão só no final e trunca-
da — Após examinar, em janeiro deste ano, a primeira versão do projeto elaborada pelo governo brasileiro, uma missão conjunta do Banco Mundial e da Comunidade Européia expressou sua frustração com o desenho do projeto. O relatório da missão observou que o desenho era pouco inovador, prevendo uma concentração de poderes e recursos na burocracia federal. A missão criticou abertamente o não-envolvimento de organizações não-governamentais, se opondo à intenção do governo brasileiro de só envolver a sociedade civil no final do processo.

Pressionada, a Secretaria de Meio Ambiente se vê obrigada a conversar sobre o projeto com ONGs. Uma primeira reunião é convocada com um

dia de antecedência; outras se sucedem, com participação reduzida, descontinua e de organização atrapalhada. Observando a falta de vontade ou de capacidade por parte da Semam de organizar um processo aberto e participativo de discussão, o Fórum de ONGs Brasileiras para Eco-92, que reúne mais de setecentas entidades, decide no início de julho, enviar carta para os governos do G-7 recomendando que o projeto não seja aprovado enquanto não houver uma consulta ampla junto à sociedade civil, principalmente da Amazônia.

Audiências públicas na Amazônia, por que não? — O programa-piloto pleiteia recursos da ordem de US\$1.25 bilhões durante cinco anos, aplicados em projetos estruturais (por exemplo, implantação efetiva de unidades de conservação e demarcação de áreas indígenas) a serem executados por agências governamentais, e projetos "demonstrativos" passíveis de execução por entidades não-governamentais. Além de questionar o processo de encaminhamento, aqueles (poucos) que tiveram acesso ao texto do projeto têm feito críticas substantivas aos pressupostos nele contidos e duvidam de sua eficácia na resolução dos problemas sociais e ambientais na Amazônia. Por estes motivos, a Coordenação Nacional do Fórum de ONGs exigiu da Semam a convocação de audiências públicas nas capitais da Amazônia.

Numa resposta bastante infeliz, publicada na *Gazeta Mercantil* em 12/7, lembrando a velha tradição brasileira de tecnocratas arrogantes e irônicos, o secretário-adjunto de Meio Ambiente, Eduardo Martins, declarou que as críticas ao plano-piloto partem justamente de entidades que "não têm trabalho algum na região". Já que ele sabe que entre os críticos estão o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Fórum Permanente de Debates da Amazônia e a Fase, esta irritação deve ser atribuída à frustração de ver

questionado seu processo fechado de encaminhamento.

Num tom de deboche, Martins acrescenta "se tiver que sair alguma coisa nova na área de preservação ambiental no Brasil, não será dos ambientalistas de unha encravada dos centros urbanos".

Ao contestar a observação de que a sociedade civil não participou na elaboração do plano-piloto, o biotecnocrata indaga "como poderíamos mobilizar as entidades para formular um projeto sem garantia de que os recursos saíam?". Resposta esta que demonstra o mesmo grau de raciocínio que o de um técnico da seleção que pergunta por que se dar o trabalho de convocar onze jogadores se não há garantia de ganhar o campeonato.

Regime de cidadania restrita
— Aprovado pelo G-7 ou não, o episódio da elaboração e encaminhamento do plano-piloto revela como está enraizada a mentalidade de se contentar com procedimentos superficiais, de montar cenários para "inglês ver", de fazer o mínimo necessário para faturar. A democracia implica obrigatoriamente na participação dos cidadãos na elaboração das ações governamentais que lhes afetam. Na resolução dos graves problemas sociais e ambientais que assolam a Amazônia, essa conclusão evidente não pode ser escamoteada. As entidades e os movimentos têm, além de suas análises da crise, suas propostas. A resistência por parte dos dirigentes da política ambiental de consultar a sociedade enfraquece o projeto, e dá sinais claros que o governo não foi capaz de enxergar a mensagem que até os governos dos países ricos já assimilaram: a preservação das florestas tropicais passa necessariamente pelo envolvimento pleno e democrático dos cidadãos. Continuamos, portanto, vivendo em regime de cidadania restrita. (CEDI, 12/7/91)

Fazendeiros são maioria na CPI da violência

VIOÊNCIA NO CAMPO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as origens, causas e consequências da violência no campo, foi instalada na segunda quinzena de maio e tem prazo até o dia 6 de setembro para apresentar as conclusões das investigações.

Dos 13 membros que compõe a CPI, sete são fazendeiros ou empresários rurais. Os partidos "progressistas" (PT, PDT, PCdoB e PSDB) ocupam quatro cadeiras, cabendo ao

PMDB, com dois deputados, o papel de fiel da balança. A Mesa Diretora é presidida pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), considerado um liberal-progressista. A vice é a deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA), que foi quem requereu a CPI e é respeitada pela sua condição de líder popular. O relator é o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), fazendeiro, que durante a Constituinte votou contra a reforma agrária e pertenceu ao grupo conservador denominado "Centrão".

Com tal perfil, a "CPI da Violência" não traz garantias para o movimento popular de que o relatório fi-

nal seja isento e realmente preocupado em apontar mecanismos efetivos para o estabelecimento da justiça e da paz no campo. Diante disso, é importante que as entidades do movimento sindical e popular se mobilizem nos momentos cruciais dos trabalhos da CPI, ou seja, que se disponham a estar presentes nas audiências públicas com os representantes populares. A presença de entidades de peso, como a CNBB, OAB, Contag, CUT, Movimento Sem-Terra e outras afins, pode garantir um pequeno espaço na mídia, visando massificar o conhecimento do problema da violência no campo. (*Informativo Inesc*, maio 1991)

Governo admite culpa na violência do campo

A atuação do Estado nas regiões de conflitos de terra, quando existe, é "deficiente, conflitante e dispersa", de acordo com o relatório elaborado pelo procurador da República, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, relator do inquérito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) sobre a violência no campo.

Resultado de depoimentos de entidades públicas e particulares envolvidas na questão da terra, o relatório preliminar concluiu que o número de conflitos cresce proporcionalmente ao aumento da concentração fundiária.

Na abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a violência no campo, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, admitiu que o governo também é responsável pelos casos de violência em áreas rurais. Segundo Passarinho, a principal alternativa para o problema é a realização da reforma agrária. O ministro também defendeu a criação de uma Justiça Agrária e a presença do governo nas áreas de conflito. (*O Globo*, 15/6/91)

* A polícia de Xinguara, no sul do Pará, descobriu no início de junho um plano que vinha sendo arquitetado para matar o juiz titular da Comarca do município, Roberto Batista de Moura. O crime seria praticado pelo pistoleiro Elias Moreira Rezende, que foi preso ao revelar, num bar da cidade, que fora contratado pelo fazendeiro Raimundo João de Oliveira para emboscar o juiz. (*O Globo*, 8/7/91)

Bagé: novos impasses nas negociações

O assentamento dos 3 mil trabalhadores rurais sem-terra, que em abril ocuparam a fazenda São Pedro, encontra novos impasses para a sua concretização. No final de junho, em audiência com o ex-superintendente adjunto do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Luis Fernando Alfama, os trabalhadores souberam que algumas famílias já poderiam ocupar a Fazenda Remanso, em Canguçu (RS), que está sendo negociada para o seu reassentamento. No entanto, o negócio ainda não foi fechado, e o proprietário entrou na Justiça pedindo reintegração de posse.

Segundo Luis Bonifácio, filho do proprietário, apesar do "espalhafato" feito pelo Incra e pelo governo do estado, por enquanto só foi assinado

um documento de intenção de compra, e não de compra e venda efetiva. Um dos motivos é que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com quem os ex-proprietários da Remanso têm uma dívida, não aceita o seu pagamento em Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), "a pressão da UDR faz com que o Incra deixe de adquirir terras em Bagé, por um preço mais acessível e que facilitaria a colocação dos colonos, e insiste em negociar a fazenda Remanso de Canguçu, pagando um preço bem mais elevado e criando um novo problema social com as 60 famílias que hoje trabalham na propriedade". (*CEDI*, 4/7/91; *Jornal do Brasil*, 3/7/91; *Agên*, 20/6/91)

Bispo denuncia premeditação de mortes

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), d. Augusto Rocha, bispo de Picos (PI), denunciou no dia 6 de junho uma "orquestração nacional" de grandes proprietários para assassinar pessoas envolvidas em conflitos pela posse da terra em todo o país. Entidades que integram o Fórum Contra a Violência

no Campo, reunidas em Brasília, selecionaram dez processos sobre mortes por questões agrárias para dar acompanhamento especial, todos envolvendo líderes sindicais ou políticos.

Este ano a CPT já constatou dez assassinatos, incluindo três dirigentes sindicais. (*Jornal do Brasil*, 27/6/91)

Conflitos por terra aumentam no Rio

O Rio de Janeiro é o cenário de uma guerra que causa tantas mortes quanto o tráfico de drogas: a posse da terra. Existem em todo o estado 1.025 conflitos de terra. São 777 conflitos urbanos e 226 rurais, envolvendo 288.002 famílias ou 1 milhão e 500 mil pessoas sem registro de posse de terra. Os focos de convulsão social, tanto nas cidades como no campo, têm provocado uma onda de violência no Rio proporcionalmente maior do que ocorre nas regiões Norte e Centro-Oeste. Em todo o país, as questões sobre a posse da terra são resolvidas na tocha e sob a mira de armas.

Um levantamento feito pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de 33 municípios apontou como pólos de conflitos de terra, pela ordem, as seguintes cidades: Magé, Angra dos Reis, Cabo Frio, Parati, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Nova Iguaçu e Caxias. No ano passado houve um acréscimo de 100% no número de conflitos rurais em relação aos dados coletados na década de 90, segundo a Fetag-RJ. Dos 72 municípios que compõem o estado, 55 apresentam problemas fundiários — uma percentagem de 76,4%. (Tim Lopes/O Dia, 9/6/91)



Os mortos dos últimos 15 meses

Nos últimos 15 meses foram assassinados no estado do Rio oito líderes de movimentos pela posse da terra, tanto na cidade quanto no campo. Só o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu teve três membros da diretoria mortos a tiros. São eles: João Félix de Aquino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, assassinado no dia 1º de junho; Geisivaldo Gomes Ives, diretor do sindicato,

assassinado um ano antes na Fazenda São Bernadino, em Nova Iguaçu, e o tesoureiro do sindicato, Guarino José Honório, morto no ano passado. Foram também assassinados Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio; os trabalhadores Edgar Serapião, José Bil de Souza e Deuzemir Nunes Porfírio, e o líder comunitário Guatemir Antônio da Silva, em Campo Grande. (O Dia, 9/6/91)

Libertos 64 escravos no sul do Pará

A Secretaria de Trabalho do Pará resgatou em duas fazendas no município de Ourilândia, no sul do Pará, 64 pessoas que viviam há três meses em regime de trabalho escravo. Os lavradores — homens, mulheres e crianças — foram recrutados no Maranhão pelo "gato" (agenciador de mão-de-obra) conhecido como Chico Cazuzza. Segundo o investigador Moletto, os trabalhadores foram recrutados no Maranhão para receberem Cr\$ 1,5 mil por dia. Após 90 dias, os trabalhadores receberam apenas um soldo de Cr\$ 6 mil. Após negociações, a empresa decidiu-se a pagar uma indenização e uma ajuda de custo para os trabalhadores retornarem ao Maranhão. Segundo a CPT, nos últimos sete anos, 389 pessoas foram submetidas a regime de trabalho escravo no sul do Pará, número que sobe para 454 com este caso. (Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil, 4/7/91)

• A Polícia Federal ainda não localizou a fazenda "Pantanal", em Goiás, acusada de utilizar o trabalho escravo de trabalhadores rurais. A denúncia foi feita pelo colono Antonio Damazio de Sousa que conseguiu fugir da fazenda, na CPI do Congresso que investiga a violência no campo. (Folha de S. Paulo, 27/6/91)

D. Paulo Arns celebra 25 anos de episcopado

Douglas Mansur

A posição do cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, em defesa dos direitos humanos deu o tom dos cantos religiosos, do ofertório e dos pronunciamentos de leigos e religiosos ao longo das duas horas e meia da missa celebrativa dos seus 25 anos de ordenação episcopal. A celebração foi realizada na Catedral da Sé, no centro da cidade.

Cerca de 5 mil pessoas participaram da missa, cujo celebrante foi o próprio d. Paulo, ao lado do cardeal arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves, do arcebispo de Uberaba, d. Benedito Vieira, do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida e do ex-arcebispo de Olinda e Recife, cardeal d. Helder Câmara.

Dentre todos os que saudaram d. Paulo Arns, o mais aplaudido foi d.



Hélder Câmara. Ele falou pouco: "Vou falar na linguagem que o povo entende", limitou-se a dizer.

Diante da história de vida e trabalho de d. Paulo, era natural que a festa fosse marcada pela exaltação dos direitos humanos e do reconhecimento de sua atuação neste setor. No entanto, os fiéis, nesta celebração, eram compostos, na grande maioria, por

pessoas que costumam frequentar igreja no dia a dia. "Apesar da presença de autoridades e de políticos, essa é uma festa de gente simples", definiu uma participante.

Segundo d. Paulo Arns, seus 25 anos de episcopado podem ser definidos como sendo de "amor ao povo e sofrimento com o povo". (*Jornal do Brasil*, 1/7/91)

América Central e as grandes causas

Menos pormenorizada que as anteriores, está sendo divulgada a crônica sobre a sexta viagem de solidariedade de d. Pedro Casaldáliga, bispo de S. Félix do Araguaia, à América Central. A viagem foi realizada no primeiro semestre deste ano e a crônica registra a cobertura do contexto histórico, relacionando-o com atuais debates e acontecimentos internacionais, o que lhe valeu o título: *América Central e as grandes causas*.

As "grandes causas debatidas com exacerbada vigência" na América Central estão distintas na crônica em três blocos de postulados e compromissos: *emergente democracia, anti-militarismo, e nova evangelização*.

D. Pedro constatou uma democracia emergente e alternativa, com as variantes próprias de cada local, onde estão "se firmando 'plataformas'

de participação popular, alternativas à política oficial e normalmente, apesar da suspeita e até sob repressão, militar ou paramilitar. Passos irreversíveis, entretanto, e em aumento".

Outra constatação é a luta pelo antimeritismo, a desmilitarização e a justiça social, como condições para a democratização. Por uma "outra ONU também"...

Casaldáliga afirma no texto a preocupação sobre a Conferência Episcopal de Santo Domingo em 1992 e a "nova evangelização". Ele diz: "escutei, feliz, de lábios de dois bispos da região, que regressavam de um encontro do Celam, que a maior parte das contribuições, que chegam a esse organismo com relação a Santo Domingo, pede insistentemente que se mantenha a linha de Medellín e Puebla".

"Também percebi o desconcerto que as seitas produzem na América Central — polo eleito para a grande expansão. Seu programa 'Amanhecer' — que não é só de seitas propriamente ditas, mas também de outros movimentos religiosos e até de algumas confissões cristãs — propugna um proselitismo, muito bem financiado e convicto, sobre o mundo e, em particular, sobre a América Latina e Filipinas. O mal-estar é inevitável. A gente continua apostando no ecumenismo — testamento de Jesus — por outro 'amanhecer' mais limpamente evangélico".

D. Pedro Casaldáliga reassume no final, a solidariedade firmada com as grandes causas, "que são a própria Vida da humanidade e a realização do Reino". (*CEDI*, 2/7/91)

Bispo confirma matança de crianças na Baixada

O bispo da Igreja Católica em Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, e o presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Duque de Caxias, Frei Evaristo Spengler, foram ouvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia

Legislativa do Rio de Janeiro que apura a matança de menores no estado.

Sem citar nomes, ambos confirmaram a existência de grupos de extermínio na Baixada Fluminense. "Dos 4.611 homicídios de menores registrados nos últimos três anos no Brasil,

1.231 foram no Rio, e destes, pelo menos a metade na Baixada Fluminense. Nas minhas caminhadas, vejo a cada semana pelo menos um corpo — algumas vezes de criança — desovado em vales e matagais", disse d. Mauro. (*Jornal do Brasil*, 26/6/91)

CNBB prepara plano para nova evangelização

O presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou que a Igreja Católica não está preocupada com a ação das "seitas", mas com o aprofundamento da evangelização entre os católicos. "A idéia é evangelizar com novo ardor missionário", disse. O texto final do Plano de Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja já foi concluído pelo Conselho Permanente da CNBB. (*O Estado de S. Paulo*, 28/6/91)

Senador americano apura mortes de jesuítas salvadorenhos

O senador americano John Moakley está em San Salvador para reunir dados sobre o atual estado das investigações do assassinato de seis padres jesuítas e dois empregados deles, em novembro de 1989. O massacre provocou na época o congelamento da ajuda militar dos EUA ao país, só levantado parcialmente no começo da semana pelo presidente George Bush.

Moakley preside a comissão parlamentar americana, criada para investigar o episódio, e tem se revelado um crítico contumaz dos militares salvadorenhos.

O senador afirmou que o assassinato foi ordenado por altos oficiais salvadorenhos. "As Forças Armadas são responsáveis não só pelas mortes como pelo fracasso das investigações", disse. (*O Estado de S. Paulo*, 30/6/91)

Leia e assine
Aconteceu

Evangélicos nicaraguenses fundam partido político

Um novo movimento político que pretende converter-se num partido "de grande beligerância" surgiu na Nicarágua. Um grupo representativo de líderes da Igreja Evangélica entre os quais se destacam o ex-deputado Sixto Ulloa, Sebastián Castillo do Cepad o rev. Benjamín Cortés e cerca de 20 dirigentes de diferentes igrejas, reuniram-se na Faculdade de Teologia Protestante para fundar o que futuramente se converterá no Partido Evangélico da Nicarágua.

A iniciativa política dos evangélicos parece estar inspirada na experiência eleitoral da Guatemala, onde um destacado líder evangélico, Jorge Serrano Elias, chegou à Presidência da República.

O grupo fundador constituiu-se no comitê organizador do movimento político protestante, com a meta de cumprir as formalidades para converter-se em um partido e participar plenamente da vida política do país. Os organizadores concordaram por unanimidade, que a principal meta

do movimento político protestante será a conquista do poder (Presidência da República), seja isoladamente ou em aliança com outros partidos do país.

Num curto prazo, o grupo se propõe a elaborar um plano de luta para posteriormente escolher o nome oficial e os símbolos que o partido adotará, assim como eleger a junta diretiva nacional.

Inicialmente os evangélicos consideram que o partido aglutinará somente pessoas de confissão evangélica, mas não descartam a possibilidade de "abrir-se" a todos aqueles cidadãos católicos ou de outras religiões que aceitem os princípios políticos e sociais que proclamará o novo partido.

Fontes do Centro Eumênico Valdivieso (CAV), asseguram que os princípios do partido se fundamentam nos ensinamentos do Evangelho. Elas declaram: "Desta vez os evangélicos vão seriamente se lançar na luta política como uma nova alternativa". (*Crie*, maio/91)

Testemunhas de Jeová se reúnem em congresso

Cerca de 15 mil pessoas participaram do Congresso *Amantes da Liberdade*, organizado pelas Testemunhas de Jeová, no último final de semana de junho no Rio de Janeiro. O congresso é o primeiro de uma série de 115 encontros previstos para este ano em todo o Brasil.

Os seguidores da seita são conhecidos por não aceitarem transfusões de sangue e por suas práticas evangélicas com visitas de porta em porta. "Somos motivados por princípios bíblicos", diz Ricardo Carneiro, um dos organizadores do evento. As pregações das Testemunhas de Jeová começaram no Brasil em 1923, com oito membros; hoje eles são 309 mil no país e 4 milhões no mundo. Os organizadores do congresso dizem que o movimento ultimamente está preocupado em divulgar as diferenças entre as Testemunhas de Jeová e as outras seitas. (*O Dia-RJ*, 29 e 30/6/91)

Leonardo Boff versus Vaticano

O teólogo franciscano Leonardo Boff pregou em Porto Alegre a discussão da possibilidade de um referendo popular para consagrar a escolha dos papas pelo conselho de cardeais, como acontecia na Igreja Católica até o século XII.

"A Santa Sé abomina a palavra democracia, que vale como melhor regime para a sociedade mas não para a Igreja Católica, que é uma sociedade hierárquica". Boff disse que durante 1.200 anos o papa foi escolhido pelos bispos com aprovação do povo. "Para a escolha do último papa de Florença, foram necessárias várias indicações, pois os escolhidos não foram aprovados pelos fiéis e não puderam assumir". Para Boff, o Vaticano tem dificuldades para entender a igreja de base. (*Jornal do Brasil*, 28/6/91)

Funai tem sertanista como novo presidente e caso Yanomami como prioridade

O sertanista Sidney Ferreira Possuelo foi nomeado, no dia 28 de junho, pelo presidente Fernando Collor de Mello para presidir o órgão em substituição a Cantídio Guerreiro. Sua principal missão é desintrusar e encaminhar a demarcação da terra dos Yanomami, nos estados de Roraima e Amazonas, fronteira com a Venezuela.

Possuelo que há 24 anos trabalha como sertanista no órgão tutor, participou quando jovem, de expedições com os irmãos Villas Boas e com o sertanista Francisco Meirelles. Foi responsável pela frente de atração dos índios Arara, em Altamira e também dos Parakanã em Tucuruí, no Pará, no início dos anos 80. Há mais de três anos, Sidney chefiava a Coordenadoria de Índios Isolados, da Funai. O novo presidente da Funai é respeitado pelas comunidades indígenas e sua indicação teve o apoio do secretário do Meio Ambiente José Lutzenberger e de Tânia Munhoz, presidente do Ibama. A nomeação repercutiu também no exterior. Duas entidades, uma de Londres e outra de Paris, enviaram telegrama ao presidente Collor apoiando a indicação. (*Jornal de Brasília, Jornal da Tarde/SP e Estado de Minas, 29/6/91*)

Yanomami e ECO 92 — No mesmo dia de sua nomeação, Possuelo participou de reunião setorial no Palácio do Planalto, da qual participaram sete ministros, três secretários nacionais e outros técnicos do governo. O presidente Collor determinou ao ministro da Economia desbloquear recursos para a demarcação da ter-

O buraco é mais em cima

A Funai, hoje com 24 anos de existência, foi criada em dezembro de 1967 no lugar do extinto Serviço de Proteção ao Índio. Recebe agora seu 17º presidente bastante esvaziada de poderes e repleta de funcionários de competência e honestidade duvidosa. Em fevereiro deste ano, através de decretos, o presidente Collor retirou da Funai suas atribuições na área de saúde, educação, projetos de auto sustentação e os relacionados com meio ambiente transferindo essas atribuições para os Ministérios da Saúde, Educação, Agricultura e Semam, respectivamente. À Funai, entretanto, cabe a responsabili-

de de constituir grupos técnicos para identificar as terras e realizar propostas de demarcação, que são enviadas para o ministro da Justiça, o único que tem o poder de assinar portarias que reconhecem áreas indígenas. Nos casos de terra somente após a decisão ministerial a Funai terá nova participação no processo demarcatório ao encaminhar para a homologação presidencial a demarcação administrativa (física) por ela realizada. Portanto, restou à Funai a parte jurídica e a iniciativa da proposta de demarcação das terras e a regularização e manutenção das mesmas. (CEDI, 5/7/91)

ra Yanomami e a retomada da "Operação Selva Livre" para a expulsão dos garimpeiros que voltaram a invadir o território Yanomami conforme noticiou o Aconteceu nº 568.

Em nova reunião setorial sobre "Meio Ambiente e Problemática Indígena" ocorrida no dia 8 de julho, na qual o presidente Collor também discutiu a organização e a temática da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente — a Rio ECO 92 — foi anunciada a liberação de Cr\$ 698 milhões para a Funai retomar a retirada dos garimpeiros, dinamitar pistas, criar postos de vigilância e auxiliar a Fundação Na-

cional de Saúde no atendimento médico. A decisão tomada na reunião inclui a implantação de projetos agrícolas para assentar os garimpeiros.

O diretor geral da PF, Romeu Tuma informou que 210 agentes estão prontos para seguir para Roraima. Ele acredita que há mais de cinco mil garimpeiros a serem removidos e inicialmente as áreas prioritárias para a operação serão as pistas Jeremias, Caveira I, II e Rangel. O governo também decidiu pedir ao Congresso Nacional um crédito suplementar de Cr\$ 2,2 bilhões para demarcação da terra dos Yanomami. (*Jornal do Brasil, 9/7/91*)

Reunião de indigenistas discute anteprojeto do Estatuto do Índio

Nos dias 3 e 4 de julho reuniram-se na Secretaria do Meio Ambiente, em Brasília, várias organizações de apoio ao índio e os órgãos federais Funai, Ibama e Ministério Público para analisar o anteprojeto do Estatuto do Índio elaborado por uma comissão especial instituída no decreto do presidente Collor nº 27 de 4 de fevereiro de 1991. Concluiu-se que qualquer nova proposta não po-

de configurar-se como uma reforma do velho Estatuto (de 19/12/73) devendo "ter como parâmetro legal a Constituição e, como objetivo maior, regulamentar os princípios nela estabelecidos".

As considerações foram tiradas a partir de temas que perpassam a definição de uma política indigenista: integração, tutela, patrimônio indígena, terras, órgão indigenista,

meio ambiente, saúde e educação, jurisdição para questão indígena, índios "isolados" e personalidade jurídica da comunidade.

As organizações indigenistas presentes se uniram na expectativa de aguardar da nova gestão da Funai a interrupção no processo de aprovação do novo Estatuto, da forma como ele está apresentado. (*Marina Kahn/ CEDI, 5/7/91*)

Inquérito contra a Funai por arrendar a reserva Kadiwéu

A Justiça Federal pediu a instauração de inquérito policial contra a Funai, no Mato Grosso do Sul, por causa do arrendamento ilegal de terras da Reserva Indígena Kadiwéu, na região de Bodoquena, sudoeste do Estado. As áreas da reserva foram arrendadas para fazendeiros.

A Polícia Federal está investigando os contratos de arrendamento que foram feitos a partir de 1985 pelo delegado regional da Funai, Lísio Lili, com base numa portaria do órgão. Administrações posteriores revogaram a portaria por causa da pressão de alguns grupos indigenistas do estado e os contratos de arrendamento estão sendo contestados na Justiça pela Funai.

Para a juíza da 2ª Vara da Justiça Federal, Suzana Camargo, os contratos "são um absurdo" e o arrendamento é constitucionalmente proibido, daí o inquérito instaurado pela Polícia Federal. (*O Globo*, 28/6/91)

O arrendamento das terras Kadiwéu vem ocorrendo desde o final da década de 50, instituído pelo SPI e depois gerenciado pela Funai, que por sua vez sempre se apropriou da totalidade da renda, a pretexto de aplicar esses recursos em projetos assistenciais na RI Kadiwéu. A partir de 1985, os Kadiwéu exigiram uma participação mais direta na administração dos arrendamentos e começaram a receber 50% da renda, continuando os outros 50% em poder da Funai para aplicação na área. Foram então feitos novos contratos com os arrendatários, com a anuência do então delegado regional Lísio Lili. A Funai recebeu uma enorme fonte de recursos financeiros provenientes dos arrendamentos até 1989, quando foi fundada a Associação Kadiwéu e os índios passaram a receber a renda integralmente. Curiosamente, o ex-delegado Lísio participou como tesoureiro da Associação até o começo deste ano, quando os Kadiwéu pediram sua substituição, juntamente com o Terena Joel de Oliveira (funcionário da Funai e vice-presidente da Associação), cansados dos atrasos de pagamentos e inúmeras incorreções nos valores recebidos.

A instauração de um inquérito para apurar responsabilidades sobre o arrendamento das terras Kadiwéu já vem tarde, tendo em vista o fato dele existir há mais de três décadas e de nunca o órgão indigenista oficial ter prestado contas aos índios sobre o destino dos recursos recebidos. Esse inquérito deve ser levado a sério e aprofundado efetivamente, o que possivelmente evidenciará que o nome do ex-delegado regional é apenas a ponta de um grande iceberg. (Jaime G. Siqueira Jr./CEDI, 4/7/91)

Xokleng continuam ocupando canteiro de obras da barragem

O reinício das obras de conclusão da barragem Norte, a terceira integrante do sistema de prevenção das cheias no Vale do Itajaí, somente ocorrerá quando forem totalmente cumpridos os compromissos assinados em 1981, entre o extinto DNOS — Departamento Nacional de Obras e Saneamento — ou seu sucessor — e a Funai, beneficiando os índios Xokleng da reserva Duque de Caxias, no município de José Boiteux (SC).

A previsão é do prefeito de José Boiteux, Agustino Fusinato, para quem os 600 índios, que há um ano ocuparam as casas do canteiro de obras como forma de pressionar o governo federal a cumprir o protocolo, não vão sair do local diante de novas promessas. O cumprimento do acordo prevê a construção de casas, escolas, igreja, rede de abastecimento de água, pontes e estrada ligando a sede da aldeia à localidade de Bugion. Como o DNOS foi extinto no ano passado, os índios ainda te-

mem que quando a barragem estiver concluída, "ninguém vai querer se responsabilizar pelas reivindicações", calcula o prefeito.

DNOS acusa Funai — No final da década de 70, o DNOS, para minimizar o problema das cheias do Vale do Itajaí, decidiu construir uma barragem na localidade de Barra Dolmann. Como residiam às margens do rio Hercílio os índios foram obrigados a se mudar para as partes altas da reserva. Em troca o DNOS se comprometeu a construir 63 casas, várias pontes, escolas e vários outros benefícios, além de transferir para a reserva as moradias do canteiro de obras, quando a barragem fosse concluída.

O extinto DNOS considera cumpridos vários itens do protocolo, culpando a Funai pela não execução, como a da não construção de 30 das 63 casas. (*Jornal de Santa Catarina*, 18/6/91)

Cimi tem novo presidente

O bispo de Registro (SP), d. Aparecido José Dias, foi eleito no dia 3 deste mês, presidente do Conselho Indigenista Missionário — Cimi, órgão oficial da CNBB, em substituição a d. Erwin Krautler, do Xingu. Eleito com 89 votos dos 102 delegados da 9ª Assembleia Geral do órgão, o novo presidente tem 60 anos, nasceu em Itajobi (SP), foi ordenado padre em 1958 e recebeu ordenação episcopal para a Diocese de Registro em 1975. Na área de sua diocese vive um grupo Guarani. Dias faz parte da Congregação Verbo Divino, da ala progressista. A eleição teve como observadores líderes indígenas de oito tribos diferentes (Pataxó-Hã-Hã-Hãe, Apurinã, Kaxinauá, Machineri, Kaiowá, Tukano, Kambeba e Baniwa) e representantes de organizações indígenas de países da América Latina. Ele terá um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por mais quatro. Foi eleito para a Secretaria Nacional Francisco Loebens, leigo do Cimi Norte I (Manaus) em substituição a Antonio Brand. (*Folha de S. Paulo*, 4/7/91 e CEDI)

O INST/CUT na luta ambiental

Dos projetos da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT, um está sendo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) e se intitula "Ecologia do trabalho - despoluir a produção: mapa de risco ambiental". Esse projeto visa auxiliar a intervenção da CUT na Conferência da Sociedade Civil Planetária sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), e criar suporte para uma atuação permanente na questão ambiental.

O projeto vai mapear oito regiões de grande atividade produtiva no país, identificando os principais pontos de deterioração ambiental vinculados à estruturação de produção e o correspondente impacto na saúde. O estudo vai verificar os perigos enfrentados pelos trabalhadores envolvidos diretamente na atividade produtiva, identificar as ameaças sofridas pela população circundante à zona de ris-

co e os efeitos da ação das empresas no meio ambiente.

Além de demarcar as áreas de risco, o mapeamento vai investigar até seis substâncias danosas à saúde, com maior presença nas oito regiões. Será feito levantamento dos padrões máximos aceitos para poluentes e comparação entre a legislação existente no Brasil e no exterior. O estudo vai documentar, também, a atuação do movimento sindical e das entidades ambientalistas nas questões relativas ao ambiente de trabalho e controle ambiental.

Para viabilizar a pesquisa, o INST pretende partir da própria estrutura da CUT, contando com equipes regionais que trabalharão com informações de entidades e institutos conveniados. As CUTs Regionais e Estaduais terão papel fundamental na concretização do trabalho. A própria escolha das regiões da pesquisa pelas CUTs Regio-

nais e Estaduais vai priorizar os locais com suporte sindical básico para o desenvolvimento do projeto.

A pesquisa terá duração de um ano, seus resultados serão publicados e o mapeamento transformado em representação gráfica para apresentação na Rio-92.

Outro produto importante do projeto será a elaboração de legislação específica para o Brasil, a ser apresentada pela CUT na Conferência e que servirá de suporte para a atuação sindical nas questões relativas ao meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. O projeto, que marca a aliança entre os movimentos sindical e ambientalista, será a primeira pesquisa de porte nacional sobre saúde e meio ambiente desenvolvida pela Central e vai permitir a regionalização da atividade cutista sobre meio ambiente e saúde do trabalhador. (*Informativo INST*, julho de 1991)

CUT é eleita para executiva do Fórum de ONGs

Nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho, no Rio de Janeiro, o 5º Encontro Nacional do Fórum de ONGs (organizações não governamentais) e Movimentos Populares, que organiza os preparativos para a Conferência da Sociedade Civil Planetária sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, elegeu uma nova coordenação nacional composta por 26 entidades.

Em sua primeira reunião, que ocorreu entre 25 e 27 de junho, a coordenação nacional escolheu a nova executiva do Fórum, composta pela CUT,

Fórum da Bahia, SOS Mata Atlântica, Fase, Ibase, Upan e CEDI.

Este fato reforça a presença do movimento sindical na elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento, que deverão estar contempladas no relatório a ser redigido pelo Fórum para a Conferência. Por outro lado, poderá fortalecer a dimensão ecológica na concepção e prática sindical da CUT, permitindo-lhe oferecer respostas aos novos desafios que a conjuntura nacional e internacional colocam para os trabalhadores. (*Mauricio Broinizi/CEDI*, 5/7/91)

DRT determina exame médico em operários

A Delegacia Regional do Trabalho vai examinar os 45 funcionários da Botões Mirage, de São Caetano, e 17 da Zetta Zukky Confecções, de Santo André, que estão sob intervenção da DRT, após constatação de utilização de produtos tóxicos na linha de produção.

De acordo com a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecções e Similares do ABC, Isabel Oliveira de Mendonça Bazzo, foi constatado na Zetta a utilização de pó de aço, usado para clarear tecidos jeans. "É um produto cancerígeno, manipulado pelos operários sem proteção".

Além da manipulação de produtos tóxicos, foram detectados ruídos fortes e grande quantidade de poeira nas duas indústrias.

As empresas têm prazo de 30 dias para regularizarem a situação e, caso sejam comprovados prejuízos à saúde dos trabalhadores, serão multadas e terão que pagar salário insalubridade. (*Diário do Grande ABC*, 4/7/91)

Briga e tiros nos Metalúrgicos de SP

O sindicalista George Luiz Polonini, assessor do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros, foi acusado por um grupo de ex-diretores da entidade, de ter disparado um tiro no desempregado Félix Magalhães da Silva, ex-assessor da presidência do Sindicato, no dia 9/7,

em frente à sede do Sindicato. Félix disse que o incidente ocorreu após um bate-boca em que ele acusava Medeiros de ter se aliado à política do governo federal e se esquecido das reivindicações dos trabalhadores. Segundo Félix, George, irritado com as afirmações, deu o tiro em seu pé. (*O Globo*, 12/7/91)

Seminário vai discutir relação entre trabalho e meio ambiente

O Rio de Janeiro vai sediar, entre 6 e 10 de novembro próximo, o I Seminário Internacional sobre Meio Ambiente e o Trabalhador, evento que antecipa o debate sobre o tema na Eco-92. Segundo o secretário estadual de Trabalho e Ação Social, Carlos Alberto de Oliveira (Caó), com a realização do seminário, que teve interesse até do papa (ele visitará o Brasil em outubro), em razão de sua última encíclica, a "Centessimus Annus", que trata das relações trabalhistas. A encíclica será um dos textos a serem discutidos dentro do tema a Igreja e o meio ambiente.

O Brasil reunirá, pela primeira vez, seiscentos especialistas nacionais e estrangeiros para debater o pensamento contemporâneo à luz da economia, política, filosofia e psicologia,

reunindo todas as tendências dos anos 90. Estão sendo convidadas todas as secretarias estaduais de Trabalho, Meio Ambiente, o Congresso Nacional, Forças Armadas, Fórum Nacional das ONGs, lideranças sindicais nacionais e internacionais, até representantes da ONU, da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Mundial de Saúde e especialistas de instituições de ensino e pesquisa.

O seminário terá uma série de eventos paralelos, como uma microfeira sobre a prevenção de acidentes de trabalho no Brasil, uma mostra de cartuns sobre ecologia e trabalho e uma mostra de artes plásticas e de vídeos especializados.

O temário é amplo, incluindo debates sobre a crise econômica mun-

dial e suas influências na destruição do meio ambiente e das condições de trabalho, como se deterioraram as condições de trabalho no Terceiro Mundo, a economia informal e até a metropolização como modelo brasileiro.

A pedido do governador Leonel Brizola, que recepcionará todos os participantes, haverá um grande debate sobre trabalho jovem no Brasil, focalizando experiências de crianças e adolescentes e o trabalho precoce. A mulher terá uma participação especial, com a discussão sobre a saúde e o mercado de trabalho. O deficiente físico, o aposentado e a terceira idade constam dos debates, como também uma série de mesas-redondas sobre o papel da ciência e tecnologia, contra ou a favor do trabalhador. (*Gazeta Mercantil*, 11/7/91)

Justiça impede duplicidade sindical nos químicos do ABC.

O juiz da 5ª Vara Cível de Mauá, Paulo Pastore Filho, concedeu medida cautelar impedindo a criação do Sindicato dos Petroquímicos do ABC. O pedido foi feito por Claudir José dos Santos, candidato derrotado nas eleições do Sindicato dos Químicos do ABC.

A nova entidade representaria cerca de cinco mil trabalhadores, hoje ligados ao Sindicato dos Químicos, que também está recorrendo à Justiça contra a criação do Sindiplástico, que reúne a categoria dos plásticos.

Segundo o diretor do Sindicato dos Químicos - filiado à CUT - José Drumond, dividir a categoria tem sido a tática da Força Sindical.

Durante a tentativa de registro do novo sindicato, Santos foi acompanhado do assessor de Luiz Antônio de Medeiros da Força Sindical, Décio Cardoso, e pelo presidente do Sindicato dos Têxteis de Santo André, Nivaldo Parmejani.

Há aproximadamente um ano Parmejani, numa assembléia em frente à Rhodia, em Santo André, desferiu

dois tiros contra Santos, que na época era membro da diretoria do Sindicato.

A categoria química do ABC é composta por 45 mil trabalhadores, dos quais 12 mil são da área plástica. A diretoria do sindicato garante que a maioria não quer se filiar ao Sindiplástico, que tem como presidente um ex-cutista, José Maria de Albuquerque, afastado da direção do Sindicato da Construção Civil de São Caetano. (*Cleide Silva e Eduardo Reina/Diário do Grande ABC*, 4/7/91)

CUT declara guerra ao uso do benzeno

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jair Meneguelli, anunciou no dia 2/7/91 o lançamento da "Operação Caça Benzeno", uma campanha contra a intoxicação profissional por esse produto químico. É a primeira grande campanha nacional da CUT na área de saúde no trabalho. O encarregado de desenvolvê-la é o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), órgão de assessoria técnica da Central, jun-

to aos Departamentos Nacionais dos Metalúrgicos, Químicos, Petroleiros e Petroquímicos. Meneguelli explicou que os objetivos da campanha são, além de esclarecer os trabalhadores dos perigos do produto, forçar as empresas a substituí-lo por outros menos tóxicos como o tolueno ou o xileno. Disse também que esta é primeira campanha, mas não a última. "Há outros problemas, como ruído e a poeira nas fábricas, que também

serão atacados". A crescente produção brasileira de benzeno é outro motivo que levou a CUT a fazer a campanha. Segundo dados da Central, em 1980 o total produzido foi de 481 mil toneladas, quantidade que neste ano deverá atingir um milhão de toneladas. A campanha será lançada em Salvador, ABC, Volta Redonda, Belo Horizonte, Vale do Aço, em Ipatinga, Vitória, Porto Alegre e Rio de Janeiro. (*Correio Braziliense*, 3/7/91)

Analfabetos criam códigos de sobrevivência

Cerca de 17 milhões de brasileiros habitam um país diferente. Vagam por ruas sem nome, ignoram placas e cartazes com sinais para eles indecifráveis. "Somos uma espécie de cegos", define o pedreiro Eurides Santana, 50, natural de Entrefolhas (MG). Somado a esses 17 milhões, um batalhão jovem engrossa ano a ano as fileiras do analfabetismo, num país em que um quarto da população não sabe ler e escrever.

A paulista Edna Marques, precisa desenhar centenas de bolinhas para fazer cálculos. Conta-as de três em três e não erra. Mas, para o trabalhoso processo, anda sempre cheia de papéis de rascunho, que esconde nos bolsos. "Tenho muita vergonha do meu método", revela.

Espantados com a capacidade de adultos analfabetos de utilizar objetos e práticas do cotidiano para substituir o conhecimento escolar, um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) está iniciando um estudo para desvendar a lógica dessa sabedoria. Coordenado por Stela Piconez, o grupo trabalha com 367 adultos e é um dos poucos que se dedicam a pesquisar sobre o analfabetismo no Brasil. Vão procurar saber, por exemplo,

População analfabeta com 15 anos e mais nos estados

BA.....	32,8%
CE.....	40,5%
MA.....	44,1%
MG.....	18,9%
PB.....	37,7%
PR.....	16,6%
PE.....	35,6%
PI.....	47,5%
RJ.....	9,8%
SP.....	9,9%

Fonte: PNAD, 1987

porque os pedreiros aparentam ter mais facilidade para a geometria e as cozinheiras industriais, para potências e frações.

Estigmatizados — Segundo a socióloga Helena Maranhão, o adulto analfabeto é estigmatizado. "Ele é taxado de burro e é depreciado", diz. O estigma atinge ainda os próprios diretores de escolas e professores, que são raros. "Há muita resistência", diz Sônia Kruppa, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Os docentes não têm

Dados: Gastos caíram pela metade

Os gastos do governo brasileiro com educação, que representavam 8,3% de suas despesas em 1972, se reduziram para 4,2% em 1989, segundo relatório do Banco Mundial deste ano. Em contrapartida, nesse mesmo período, a participação das despesas do Estado no Produto Nacional Bruto, que era de 29,1% em 1972, atingiu 30,6% em 1989. (*Gazeta Mercantil/SP*, 6/7/91)

didática ou paciência para lidar com uma clientela sensível.

De acordo com os pesquisadores, é raro encontrar analfabetos que nunca tenham frequentado algum tipo de escola. Mais comuns são os que começaram e desistiram. Foi o que aconteceu ao comerciário paraense Edson da Cunha, que deixou os bancos escolares na 2ª série por se considerar desprezado. "A professora se recusava a corrigir meus cadernos porque estavam cheios de erros", afirmou. (Paulo de Camargo/O Estado de S. Paulo, 7/7/91)

Municípios usam verbas irregularmente

De 101 municípios fiscalizados pelo Ministério da Educação (MEC), foram constatadas, em 57 deles, irregularidades na aplicação de verbas para educação. A informação foi dada pelo MEC, durante o segundo sorteio de mais 128 municípios e três secretarias estaduais de Educação (MA, AL e TO), que também receberão fiscalização. Entre as irregularidades, está a não conclusão de obras de construção e reforma de escolas, a aplicação de recursos fora do prazo, a não realização de licitações, alteração do objeto do convênio firmado, não apresentação de contas e aplicação dos recursos repassados pelo MEC no mercado financeiro. Segundo o MEC, não houve má fé, mas pura desinformação (*Correio Braziliense*, 27/6/91)

São Paulo receberá US\$ 245 milhões para educação básica

O Banco Mundial (Bird) aprovou, em 26 de junho, um empréstimo de US\$ 245 milhões para a educação básica no estado de São Paulo. Esses recursos financiarão parte do projeto de ampliação da jornada única escolar na região da Grande São Paulo, orçado em US\$ 600 milhões, segundo o governador Fleury Filho.

O sistema de educação básica ampliará a rede escolar, criando mais 120 mil vagas na pré-escola. Os estudantes permanecerão por um período mais longo nas salas de aula e terão atendimento de saúde e nutrição. (Cláudia Izique/*Gazeta Mercantil/SP*, 27/6/91)

Problemas da jornada única

Os recursos financeiros obtidos pelo governo de São Paulo junto ao Bird trazem um certo alívio para a rede escolar, já que investimento em educação sempre são bem-vindos. Entretanto, há propostas de política educacional que podem adicionar problemas aos já existentes. É o caso da jornada única que, implantada sem um significativo aumento de vagas no 1º grau, manterá muitas crianças fora da escola. Como 66% das escolas do estado funcionam em três a quatro turnos por dia, em cada escola onde se implantam classes em período integral deixa-se de atender igual número de alunos em período parcial. (CEDI, 11/7/91)

Sepe rejeita vestibular para professores

O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe) não concorda com o vestibular criado pela prefeitura do Rio de Janeiro, para os professores do pré-escolar e da 1ª à 4ª série do 1º grau da rede municipal. A presidente Florinda Lombardi considera uma obrigação do governo promover cursos de aperfeiçoamento e reciclagens periódicas para os cerca de 50 mil professores primários. Na sua opinião, o vestibular vai dividir a categoria e criar uma "corrida do ouro".

Com o objetivo de aprimorar o nível dos professores, a Secretaria de Educação montou, em convênio com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), um curso de nível superior, com vestibular e duração de quatro anos. A graduação redundará em melhoria salarial para os professores, porque eles ascenderão de nível, embora continuem a desenvolver as mesmas funções. O curso foi montado com base numa pesquisa em que os próprios professores apontaram suas maiores deficiências. (*O Globo*, 10/7/91)

Sindicatos tentam impedir 'provão'

Enquanto a Secretaria da Educação do Ceará prepara o censo do magistério — conhecido como "provão" — o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Ceará (Sintece) e a Associação dos Professores do Ensino Oficial (Apec) estão determinados a impedir na Justiça a aplicação do "provão".

Para João Irenildo da Silva, do Sintece, a intenção do censo não é transparente. "O interesse não é de levantar um diagnóstico e sim denegrir a imagem do professor", disse, reafirmando que o "provão" não avalia nada, uma vez que é aplicada uma prova igual para pessoas de diferentes níveis, formação e especialização. (*Diário do Nordeste/CE*, 2/7/91)

União fará empréstimos para fábrica de Ciacs

O governo federal gastará Cr\$ 900 bilhões com o financiamento da construção de 2,3 mil dos cinco mil Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) nos próximos 40 meses. O edital de licitação das 11 primeiras fábricas de pré-moldados e do primeiro lote de escolas foi lançado em 5 de julho. No total, 21 fábricas serão montadas no país.

Ao contrário do anunciado em maio passado, o governo não arcará com os custos de implantação das fábricas, que deveriam ser devolvidas à União dentro de três anos e meio. No entanto, irá financiá-las através de um empréstimo de Cr\$ 1,44 bilhão por unidade. As empresas vencedoras do processo de licitação serão as proprietárias das fábricas.

"Não poderíamos criar mais esse patrimônio de 21 fábricas para a União. Isso contraria a filosofia do governo", disse o ministro da Saúde e coordenador do projeto, Alcení Guerra.

Pelo edital, o Estado de São Paulo terá inicialmente 450 Ciacs e duas fábricas, a um custo de Cr\$ 127,4 bilhões (valores de abril). O Rio de Janeiro receberá 250 Ciacs e uma fábrica, que corresponde a Cr\$ 70,6 bilhões.

Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão terão 200 Ciacs, cada, e uma fábrica. O custo de cada unidade é de Cr\$ 300 milhões. (*Folha de S.Paulo*, 6/7/91)

'Panelaço' em frente ao Palácio Guanabara

Cerca de cem profissionais de ensino da rede estadual do Rio de Janeiro, em greve desde 30 de maio, promoveram em 5 de julho um "panelaço" em frente ao Palácio Guanabara, enquanto representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe) eram recebidos pelo governador Leonel Brizola. Ao fim do encontro, que durou 35 minutos, a presidente do Sepe, Florinda Lombardi, deixou o palácio insatisfeita.

Em assembléia realizada logo em seguida no Largo do Machado, 5

a categoria decidiu pela continuidade da greve até 10 de julho.

De acordo com Lombardi, o governador divulgou o calendário de pagamentos, mas não divulgou datas para liberar a folha suplementar — com aumento de 80% para os funcionários de apoio — e regularizar a situação dos professores contratados para estágio probatório, que estão sem receber desde fevereiro. Os professores e funcionários entraram em greve pela terceira vez este ano, deixando um milhão de alunos sem aulas. (*O Globo*, 6/7/91)

Hélio Garcia corta ponto de grevistas

O governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, determinou o corte dos dias parados nos salários dos trabalhadores do ensino, em greve desde 7 de maio. Sem receber seus vencimentos, o professorado não se dispõe a repor os dias parados. O governo, alegando falta de recursos, não avança em sua proposta. Concedeu abonos escalonados contra um piso salarial reivindicado pela categoria que, em maio, era de Cr\$ 127,6 mil.

"A maioria das diretoras de escolas obedeceram ao governo cortando o ponto dos professores", explicou Emilce Maria Soares, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE). Em Belo Horizonte são cerca de 270 diretoras e só 40 entregaram a folha de frequência sem cortes. Diante da situação, a categoria se mobiliza para arrecadar fundos em socorro dos grevistas. (*Hoje em Dia/MG*, 4/8/91)

A Iugoslávia à beira da guerra civil

A Iugoslávia está aos pedaços, à beira da guerra civil. Já houveram quase cem mortos nos choques entre as tropas federais e as milícias populares da Eslovênia, a rica região do norte do país que está lutando para tornar-se independente. Um acordo de cessar-fogo foi assinado dia 8 de julho com a mediação da Comunidade Européia (CE), mas os conflitos armados podem recommençar a qualquer momento.

Ódios seculares, rancores étnicos e mais razões econômicas prevaleceram enfim sobre a unidade política do país, nunca realmente aceita por todas as populações que compõem a frágil e explosiva mistura oficialmente denominada República Federal Socialista Iugoslava. Choques étnicos e pedidos de independência desta ou daquela região já há alguns anos faziam parte do cenário. A unidade política do país começou a perder força em 1980, com a morte do presidente Josip Broz, o Tito. O lendário guerrilheiro comunista que na Segunda Guerra chefiou a vitoriosa luta contra os nazi-fascistas, em seguida tentou transformar a Iugoslávia em um país socialista independente da União Soviética. Os processos de desagregação, porém, aceleraram-se de repente com a queda do muro de Berlim e o apoio que os países ocidentais começaram a dar a qualquer movimento de independência que pudesse criar problemas aos países do Leste europeu.

No dia 25 de junho, as duas repúblicas mais prósperas da Iugoslávia, Eslovênia e Crócia, proclamaram

sua independência e o governo central de Belgrado resolveu impedir, na marra, a divisão do país, criado artificialmente ao final da Primeira Guerra. A cúpula militar — formada predominantemente por generais sérvios, considerados comunistas da linha dura, forçou uma solução militar. Enquanto o primeiro ministro, o croata Ante Markovic, queria negociar, o chefe de Estado-Maior das Forças armadas, o general Blagoje Adzic, foi à televisão para fazer um pronunciamento tenebroso: "Se queremos a Iugoslávia unida, precisamos lutar por ela". Os tanques já estavam na estrada rumo à Eslovênia, e em Belgrado, a capital, espalhavam-se boatos de um golpe iminente por parte dos militares.

A pequena mas altamente motivada milícia territorial eslovena conseguiu bloquear as Forças Armadas federais, fazendo milhares de prisioneiros. Todos sabem, porém, que em caso de uma verdadeira guerra civil, os eslovenos não teriam muitas possibilidades de vencer. Assustada com a possível "libanização" de um país confinante, a CE fez o possível para facilitar o cessar-fogo. As armas, por enquanto, se calaram, mas nem os eslovenos nem o governo federal querem abrir mão das próprias reivindicações. A "nova ordem mundial" que deveria ter começado com a queda do muro de Berlim revela uma face que a Europa infelizmente já conheceu bem: a dos nacionalismos cegos, da violência, dos tanques nas ruas. (CEDI, 11/7/91)

Bush levanta sanções contra África do Sul

O presidente norte-americano George Bush anunciou o fim das sanções econômicas dos EUA contra a África do Sul. Segundo Bush, o governo sul-africano tomou as medidas necessárias para revogar as leis que permitiam a segregação racial. "Sou dos que pensam que isto acelerará o progresso até a igualdade racial e criará mais oportunidades econômicas", disse. Bush acrescentou que o embargo de armas permanece em vigência.

As sanções, estabelecidas pelo Congresso americano em 1986 — após veto do presidente Ronald Reagan — proibiam a importação de carvão, produtos têxteis, ferro, aço e produtos agrícolas da África do Sul e a exportação a este país de petróleo, como também os vôos nos Estados Unidos da South African Airways. Agora o Congresso tem 30 dias para contestar a medida, sendo que a ordem executiva só pode ser revertida com a maioria de votos nas duas Câmaras.

O fim das sanções norte-americanas é uma grande vitória diplomática para o governo sul-africano e do seu presidente Frederik de Klerk. Menos satisfeitos estão os líderes do Congresso Nacional Africano (ANC), a principal organização da resistência negra no país, que definiram "prematuro" a decisão de Bush. De fato, no mês passado o governo de De Klerk aboliu a lei básica que regulamentava o *apartheid*, mas a estrutura da segregação racial no país continua em pé. (CEDI, 11/7/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL